

Avaliação para qual Universidade? um enfoque sócio / antropológico da reforma da Avaliação tendo como referencial a Universidade em um contexto de globalização.

MARIA JOSÉ JACKSON COSTA¹

MARIA AMÉLIA SABBAG ZAINKO²

Resumo: Este artigo tem como propósito refletir sobre as exigências contemporâneas de um sistema de avaliação da educação superior que envolva todas as dimensões inseridas na missão das universidades e demais instituições de educação superior diante do compromisso com as demandas sociais a partir dos conceitos de avaliação e suas concepções ideológicas e paradigmáticas. Comenta os caminhos perseguidos pela comissão especial de avaliação incumbida da elaboração de proposta de um novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – no sentido de absorver conhecimentos teóricos e metodológicos a respeito da Universidade, sua importância no contexto de uma sociedade globalizada e o compromisso ético e responsabilidade social no processo de mudanças com vistas à redução de assimetrias ditas sociais. Nesse sentido, faz uma análise do que se concebe como a nova Universidade característica do atual milênio.

Palavras-Chave: universidade; avaliação; educação superior; intervenção social; sistema social.

Which University are we Evaluating? A Socio-anthropological focus on the reform of Evaluation System.

Abstract: The purpose of this article is to discuss contemporary demands of a system of higher education which involves all the dimensions which are part of the mission of universities and other higher education institutions vis-à-vis the commitments with social demands as regarded from the perspective of the definitions of evaluation and their ideological and paradigmatic concepts. The text points out some of the paths followed by the special commission in charge of proposing a new system of evaluation of higher education, trying to incorporate theoretical and methodological notions about the university, its ethical commitment and social responsibility in the process of change aimed at reducing social inequality. In this sense, the text discussed the meaning of the new university of this millennium.

Key words: university; evaluation; higher education; social intervention; social system.

Introdução

Tema antigo, com conotações por vezes contraditórias, a Avaliação sempre esteve presente no cotidiano da Universidade, seja como instrumento regulador, seja como reflexão crítica de suas ações com vistas à transformação social, nem sempre contudo sob uma perspectiva de globalidade e da participação. É, porém, neste momento de profundas transformações no contexto nacional e internacional

¹ Professora / Pesquisadora da UFPA. Membro da Comissão Especial de Avaliação MEC/ SESu.

² Professora / Pesquisadora da UFPR. Membro da Comissão Especial de Avaliação MEC/ SESu.

sobre o papel das Universidades que a discussão ganha novas e importantes dimensões, principalmente quando associada às necessidades de construção de uma *nova universidade* e fazer frente às exigências no Brasil, de uma política atual para a Educação Superior.

Assim, convém partir da análise dos desafios a que estão submetidas as universidades contemporâneas, em especial as dos países em desenvolvimento, tendo presente a sua difícil e contraditória missão que é a de participar do processo de desenvolvimento econômico e social, seja pela produção do conhecimento por meio da pesquisa, seja pela formação de profissionais que de alguma forma vão estar a serviço do sistema e, por outro lado, ao mesmo tempo, segundo Goergen, 2003, *realizar a análise crítica e encontrar caminhos de superação deste mesmo sistema que não só se revela incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade como ainda os agrava.*

A globalização é, sem dúvida alguma, um dos fenômenos ligados às transformações mundiais da sociedade contemporânea que exercem maior influência sobre o ser e o fazer da universidade. Principalmente porque,

seus sentidos são complexos, contraditórios e paradoxais. Trata-se de averiguar qual o significado e as consequências desse processo para aqueles que voluntária ou involuntariamente nele se encontram envolvidos. Para isso, são necessários novos recursos teóricos e instrumentos de particular sensibilidade empírica, capazes de darem conta da realidade e da condição humana globalizadas. (Goergen;2003:129-130).

Sem a pretensão de discorrer aqui sobre assunto que tem merecido a análise e o aprofundamento teórico de renomados estudiosos, convém, para efeitos da presente análise, ilustrar, ainda que de maneira preliminar, (Zainko, 2003 b), alguns significados que têm implicações diretas sobre o processo de (re) discussão do papel da universidade brasileira na construção de uma *globalização alternativa* que contribua para um desenvolvimento social e humano mais justo e menos excludente.

Boaventura Sousa Santos enfatiza os elementos para ratificar os sentidos e as posições contraditórias que caracterizam o entendimento universal sobre o processo que estamos vivenciando e que se manifestam, sob a forma de divergências, na comunidade acadêmica:

Se para alguns ela (a globalização) continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo ela transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial.(SANTOS,2002: 53)

Várias podem ser as maneiras de responder aos desafios de repensar o papel da universidade, nesse momento singular da vida nacional, mas, Dias Sobrinho, (2000) em *Avaliação da Educação Superior* chama a atenção para o desafio da construção de um processo de educação que tenha na qualidade seu pressuposto fundamental de re-significar o sentido da vida, resgatando no homem a sua verdadeira humanidade, o que considera-se elucidativo.

Para ele,

a universidade de hoje deve tematizar a sua função formativa. Na formação de pessoal de nível superior deve ser levada em conta a significação social dos conhecimentos e habilidades como um dos importantes critérios de qualidade acadêmica. (DIAS SOBRINHO, 2000: 32).

Para construir um processo de formação de cidadãos e profissionais que desenvolvam a sua capacidade de pensar, isto é, estar em permanente trabalho de reflexão, “*a universidade precisa começar a escrever um novo capítulo de sua própria história*” adaptando – se de forma crítica às demandas de um novo tempo, buscando a construção de um projeto político-institucional que a coloque em condições de ser *multiversidade*, porque comprehende muitos saberes e é constituída por diferentes gerações.

No bojo da indispensável transformação, que deverá estar voltada para valores e competências mais consentâneos com o mundo de hoje, os desafios de uma ruptura paradigmática decorrente de mudanças profundas nos parâmetros que balizam as relações sociais.

Uma nova universidade para ser pensada deve, segundo Edgar Morin, superar a globalização técnico - econômica, para buscar uma outra globalização cuja divisa seja: *o mundo não é uma mercadoria*, uma globalização alternativa que, mais que ensejar a construção de um desenvolvimento social e humano, tenha a clareza de que o *desenvolvimento, do modo como é concebido, ignora aquilo que não é mensurável: a vida, o sofrimento, a alegria, o amor, e o único critério pelo qual mede a satisfação é o crescimento (da produção, da produtividade, da receita monetária)*. Definido unicamente em termos quantitativos, ele ignora as qualidades, as qualidades de existência, as qualidades de solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade de vida. (MORIN, 2002)

Tendo presente que para esse novo desafio a universidade tem papel preponderante e diferente do que vêm desempenhando é preciso, ter presente que

a nave espacial Terra é movida por quatro motores associados e, ao mesmo tempo descontrolados: ciência, técnica, indústria e capitalismo (lucro). O problema está em estabelecer um controle sobre esses motores: os poderes

da ciência, da técnica, e da indústria devem ser controlados pela ética, que só pode impor seu controle por meio da política; a economia não apenas deve ser regulamentada, como deve tornar-se plural, incluindo associações de mutuários, cooperativas e troca de serviços. (MORIN, 2002)

1. Significado da Avaliação no campo das políticas públicas e das políticas de Educação e sua institucionalização: a construção do SINAES

Na realidade atual, a avaliação das instituições de educação superior, universitárias ou não, coloca-se como elemento fundamental da mudança que se faz necessária, em relação à qualidade acadêmica dos processos de formação / informação de diferentes cidadãos e profissionais.

Neste sentido se insere e ganha relevância a elaboração / revisão dos conceitos que sustentam os projetos de avaliação que se desenvolvem no interior das Universidades, principalmente quando estas são estimuladas a elaborar e dar consistência aos seus Planos de Desenvolvimento Institucional.

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Avaliação, constituída pelo Secretário da SESU/MEC com a finalidade de *analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da educação superior do País e de igualmente elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados*, foram pautados pelos desafios de:

1 – convergir em relação a uma concepção de avaliação como processo que vincule a dimensão formativa realizada no âmbito de desenhos institucionais diferenciados a um projeto de sociedade comprometido com a igualdade e a justiça social;

2 – priorizar o estabelecimento de critérios e estratégias para a avaliação da formação graduada, considerando o elevado número de formandos por semestre letivo;

3 – estabelecer critérios de avaliação que incluem caminhos que sinalizem uma perspectiva para auferir além do domínio do conhecimento, da cultura e da tecnologia da área específica, ou seja, que incorpore a visão crítica a respeito de sua contribuição para o enfrentamento de questões centrais da atualidade nacional e internacional;

4 – relacionar tais critérios à dinâmica institucional experimentada em desenhos institucionais diferenciados. (WEBER, 2003)

As tarefas desenvolvidas com base em análises exaustivas dos instrumentos e procedimentos adotados e em vigência no âmbito do Ministério da Educação, do INEP e do Conselho Nacional de Educação, consideraram tanto a dimensão que

se relaciona ao monitoramento e a regulação das instituições e cursos superiores, quanto àquela pertinente a uma reflexão da dinâmica e dos procedimentos que vêm sendo adotados no país, concernentes aos objetivos e metas condizentes com as missões elaboradas pelas Instituições de Ensino Superior.

Muitos estudos teóricos e sistemáticos sobre a temática Educação Superior no Brasil foram elaborados, no período de abril a agosto - tempo estabelecido para a atuação da CEA – inserida na sua programação de atividades com o propósito de subsidiar a concepção de um novo modelo de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Além das reflexões críticas, teóricas e sistemáticas, também foi incluída na programação de trabalhos da CEA, a explanação de vários grupos representantes de setores ligados à educação superior, bem como especialistas em distintos aspectos da Avaliação e Regulação relativo aos procedimentos e instrumentos que, pautados na legislação em vigor, são adotados pelos órgãos competentes.

De duas naturezas são, portanto, os eixos que nortearam os trabalhos da CEA visando ao alcance dos objetivos já referidos:

a) Eixo de análise (procedimentos de *avaliação* da Educação Superior vigentes) tendo como referencial o atual modelo de universidade – e demais IES, e os indicadores que se colocam na reforma dessas instituições com vistas às exigências do tempo presente.

b) Eixo das proposições: avaliação com foco na instituição, incluindo a auto-avaliação e avaliação externa, e demais instrumentos e procedimentos que deverão compor o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, tanto na sua concepção, quanto na articulação entre os vários subsistemas de avaliação, nas normas que propiciarão a sua operacionalização, e ainda, as indicações quanto à natureza dos recursos financeiros a serem disponibilizados.

1.1. Conceituando a avaliação

Ristoff (2003) reafirma que a definição de *avaliação* é uma questão mais complexa do que normalmente se imagina. Em sua análise cita David Nevo que, após rápida discussão da bibliografia sobre o assunto, referenda a definição do

Muitos estudos teóricos e sistemáticos sobre a temática Educação Superior no Brasil foram elaborados, no período de abril a agosto - tempo estabelecido para a atuação da CEA – inserida na sua programação de atividades com o propósito de subsidiar a concepção de um novo modelo de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Joint Committee, de 1981, qual seja, a de que a avaliação deve ser definida como sendo *a investigação sistemática do valor e do mérito de um objeto*. Nevo entende de que o que predomina na literatura é a idéia de que é, sim, preciso emitir juízos, que a neutralidade é uma fantasia e que expressar os juízos é uma obrigação de quem conhece melhor o objeto avaliado, embora, admita, esta definição nem sempre seja a mais simpática.

No Brasil, as definições adquirem nuances próprias. Em 1993, o PAIUB definiu avaliação como *um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; um processo de atribuição de valor... a partir de parâmetros derivados dos objetivos; um processo criativo de auto-crítica*. É ainda Ristoff (2003) quem fornece os elementos para identificar no PAIUB algumas preocupações: – a natureza formativa da avaliação, – o caráter sistemático do processo, – a idéia da prestação de contas à sociedade, – a idéia da avaliação como instrumento útil à administração educacional e – a idéia da avaliação centrada nos objetivos, acenando para um processo contínuo e com maior grau de complexidade.

Para Dias Sobrinho (1995), a avaliação institucional é *um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões*. A definição de Dias Sobrinho amplia a concepção de processo complexo e dá destaque à necessidade de superação da visão fragmentada ou pontual das atividades avaliativas.

Segundo Isaura Belloni,

a avaliação institucional. é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui importante subsídio para o processo da tomada de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental importância a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos resultados. (1995).

Para Ristoff (2003) o que parece ressaltar desta definição é a preocupação com o processo educacional da avaliação, na medida em que desperta a consciência dos indivíduos sobre o seu papel e o da instituição, bem como chama a atenção para a avaliação como processo de constante negociação, desde a decisão de iniciá-lo, até a sua implementação e a utilização dos resultados. Tal concepção vai mais uma vez reforçar a necessidade de uma participação efetiva dos diferentes atores e, portanto, a imprescindível construção de uma cultura avaliativa.

Muitos são os estudiosos da questão e já dispomos de um acervo considerável de produção científica acumulada nos sete anos de publicação ininterrupta da Revista Avaliação da Rede de Avaliação das Instituições de Educação Superior-RAIES.

Maria Isabel da Cunha, de forma enfática, assegura que a avaliação educacional existe em decorrência de um projeto pedagógico que deve estar explícito para os sujeitos que a desenvolvem. Ao avaliar, são estabelecidos critérios de análise em relação a alguma idéia ou formulação. Portanto definir um processo de avaliação para o ensino superior brasileiro exige a formulação clara do que o mesmo está propondo para si.

A avaliação não se define só em decorrência dos processos educativos. Ela é também uma estrutura de poder que conforma as instituições e as pessoas, atingindo-as nas suas subjetividades; tem relações com a divisão social do trabalho e com o mundo da produção. Entendida como processo, deve mobilizar as pessoas que a realizam para que os efeitos sejam eficientes e eficazes. Para isso é necessário um elemento de protagonismo dos sujeitos envolvidos e de equilíbrio entre as dimensões regulatórias e emancipatórias para que ela possa exercitar seu caráter educativo. Nesse sentido as perspectivas quantitativas e qualitativas devem ser complementares e não antagonicas. (CUNHA, 2003)

Ao analisarmos o sentido das distintas definições de Avaliação³, algumas clássicas outras mais ousadas, é possível identificarmos, em cada uma delas, a fundamentação ideológica, política e / ou pedagógica assumida pelos autores.

Alguns questionamentos encontram-se inseridos nas várias definições e conceitos e que tem merecido discussões sobre os procedimentos mais adequados ao processo de avaliação, tais como:

- a) Emissão de juízos de valor ranqueando as instituições mais produtivas ou de melhor qualidade de ensino, pesquisa e extensão?
- b) Qual o modelo de universidade ou instituição de ensino superior é tomado como referência na proposição de um novo sistema de avaliação da educação superior?
- c) Quais as dimensões da educação superior que devem servir de referência no processo avaliativo – pesquisa, extensão, ensino, gestão?
- d) Qual o comportamento dos atores sociais das IES, a serem sujeitos da avaliação ou que venham a se constituir em sujeitos para a sua realização?

³ Apresentadas por Dilvo Ristoff, por ocasião de uma das Sessões de trabalho da Comissão Especial de Avaliação: Brasília, 2003.

Já é reconhecido que nem sempre os atores sociais das IES estão dispostos a se desnudarem de suas idéias e propósitos, arraigados em seus pensamentos, comportamentos e atitudes para se auto-avaliarem ou para consolidarem uma avaliação da instituição em que trabalham, como também, daqueles que as governam e que, portanto traçam suas metas e finalidades. Ressalta Jamil Cury⁴, que a avaliação é uma dimensão – entre outras - de desnudar-se e mostrar um retrato sem retoques. É a dimensão pública que é o ver e ser visto.

Como levar até estes atores sociais o sentimento da ética, da responsabilidade social e do compromisso com a qualidade da educação e a adequação da transmissão dos conhecimentos e da geração do Saber às demandas de uma sociedade globalizada? E, nessa condição, é como se perdesse o sentido territorial de fronteira, apesar de, contraditoriamente, necessitar estar consciente do papel que a Universidade exerce como intervenção social nos processos para a mudança? Entender, além disso, que o papel e finalidades do ensino, da pesquisa e da extensão estão situados muito além de propósitos imediatistas circunscritos ao espaço da instituição! Sua articulação com os vários segmentos da Sociedade Civil é apenas um, dentre os inúmeros compromissos assumidos visando à melhoria nas condições de cidadania da população, da redução dos níveis de exclusão social e o fortalecimento da democracia.

2.A mudança na Universidade e na Avaliação

Aqui começa o paradoxo da proposta de mudança da Universidade e da Avaliação, pois mudança, tanto na primeira instância quanto na segunda, envolve esferas políticas e ideológicas da sociedade, anseios e expectativas dos cidadãos, e exigências de respostas a questões decorrentes do novo desenho da sociedade atual, globalizada, mundializada, que registra avanços tecnológicos e científicos em ritmos, cada vez mais, acelerados.

É a Universidade a se relacionar com o Estado, com o Mercado e com outras esferas da sociedade civil de interesse público (ongs, movimentos sociais, institutos, associações, e demais entidades) do chamado Terceiro Setor, em novas bases e em condições ainda não muito claras, evidenciando novos paradigmas nas relações sociais.

É a Universidade a interagir com a sociedade em constante e acelerado processo de mudanças sociais, o que passa a lhe exigir sair do seu espaço de capital cultural, segundo a perspectiva de Bourdieu⁵, ensino e pesquisa, e voltar-se às questões mais amplas da sociedade.

4 Carlos R. Jamil Cury. In: Costa, M.J.J. Avaliação Institucional: Desafio da Universidade diante de um Novo Século. UFPA, 1997.p:103.

5 Pierre Bourdieu. Homo Academicus, 1984)

Edgar Morin⁶ ressalta esse caráter paradoxal da proposta de mudança nas instituições de ensino: *não se pode reformar a instituição (estruturas universitárias) se anteriormente as mentes não forem reformadas; mas só se pode reformar as mentes se a instituição for previamente reformada.* (2002: 24).

De igual maneira, a avaliação não sendo um fim em si mesma, ao mesmo tempo em que se propõe – partindo dos diagnósticos e de conhecimento auferido no seu processo de reflexão crítica da universidade – a oferecer subsídios à transformação da educação superior, ela precisa ter como referencial um modelo de Universidade como parâmetro para a sua realização, com análises da eficiência, eficácia e efetividade social, por exemplo, ou seja, recorrendo a indicadores de natureza quantitativa e qualitativa.

O processo de Avaliação implicando em mudanças de atitude, de comportamento, implica também em aproximar a cultura científica à cultura da humanidade, basear-se no passado, ajustando-se naturalmente ao presente (fase de transição que deve ter uma estimativa de tempo, mais ou menos definida), para proposições de mudanças para o futuro.

Esse processo implica em adentrar-se a distintos campos de poder⁷. Campos de poder que por vezes priorizam não apenas o poder cultural (espécie dominada de capital) como sob outra perspectiva aproximam-se dos interesses do mercado ou de interesses políticos, o que dificulta a compreensão da real finalidade da Universidade (ou outra forma de IES).

Alguns outros questionamentos passam a se impor durante a fase de concepção de uma nova política de Avaliação da Educação Superior.

De qual universidade estamos falando quando refletimos sobre a construção de um sistema de avaliação da educação superior? Ou a quais instituições de ensino superior nos referimos? Vamos tratá-las todas da mesma maneira? As missões das distintas instituições são do mesmo formato? Ou teremos que tratá-las de forma diferenciada? Se elas têm propostas distintas (universidades, centros universitários e faculdades, institutos) haveremos de instituir no conteúdo dos instrumentos a serem adotados no sistema de avaliação dimensões relativas a essas especificidades?

Como levar até estes atores sociais o sentimento da ética, da responsabilidade social e do compromisso com a qualidade da educação e a adequação da transmissão dos conhecimentos e da geração do Saber às demandas de uma sociedade globalizada?

6 Morin. Educação e complexidade. In: Os sete saberes, 2002.

7 Pierre Bourdieu, 1984.

Todas essas questões permeiam as inquietações, os procedimentos adotados e as discussões levadas a efeito em distintos ou, mais precisamente, em todos os momentos dos trabalhos da Comissão Especial de Avaliação.

Posteriormente, por ocasião das audiências públicas, em que várias *entidades* tiveram a oportunidade de se manifestarem sobre o assunto, observamos que estas são questões que, também de forma clara ou superficial, estão presentes nos distintos discursos, tanto no que diz respeito ao aspecto da regulação (autorização de curso, credenciamento e re-credenciamento, reconhecimento de curso, etc), quanto na avaliação dos projetos de desenvolvimento institucional (PDI) e nas propostas de Avaliação Institucional.

2.1. Subsistemas do Sistema de Avaliação

Retomando uma posição menos empírica, e abstraindo – metodologicamente – a finalidade da Avaliação como complementaridade ao próprio funcionamento, papel, importância e finalidade da instituição Universidade, é oportuno não perder de vista os seguintes elementos estruturantes de um Sistema Social: *valores, normas, coletividades envolvidas e papéis, na base de sustentação e/ou adaptação do sistema.*

Nenhum desses elementos foi deixado de lado pela Comissão.

Os valores inseridos no processo da Avaliação (seu caráter ideológico, político e ético) foram objetos de contínuas discussões e reflexões, da mesma maneira como aconteceu com as *normas, coletividades e papéis*.⁸

Uma parte da Comissão se dedicou a identificar, levantar, catalogar e sistematizar toda legislação existente (decretos, leis, resoluções, portarias, etc) a respeito dos procedimentos e instrumentos que são usados na Avaliação, e proceder a uma análise reflexiva e crítica de suas pertinências quanto à exeqüibilidade de avaliação da educação superior, seja na dimensão da regulação, seja na de uma auto-avaliação, como é, sobretudo, o caso da Avaliação Institucional, aos moldes adotados pelo PAIUB.

De igual forma, as instâncias (do chamado subsistema das *coletividades*, na linguagem sistêmica) responsáveis pelos diversos instrumentos e mecanismos de avaliação foram objeto de atenção: CNE, INEP, SESU, CAPES, incluindo ainda comissões diversas: de especialistas, do PDI; etc. E na adaptação – base do sistema: a articulação das instituições MEC/SESU/INEP em termos da alocação não apenas das atribuições (*papéis*), num processo de integração e interdependência – não podendo ser dissociados – mas, fundamentalmente, em termos de custos orçamentários.

⁸ Talcot Parsons. Teoria da Ação Social.

Morin (2002), ao tratar teoricamente de mudanças na universidade, considera que a reforma da universidade tem um objetivo vital: uma reforma do pensamento que viabilize e permita o emprego total da inteligência. Trata-se de uma reforma não pragmática, mas paradigmática.

Significa ainda:

- a) reproblematisar os princípios do conhecimento e problematizar aquilo que aparentava ser a solução;
- b) reformar o pensamento por um pensamento complexo, capaz de ligar, contextualizar e globalizar;
- c) adotar a transdisciplinaridade.

Conservando os Saberes construídos ao longo do tempo, propiciando a ampliação dos conhecimentos através da realização de estudos e pesquisas, a Universidade vai descobrindo novos paradigmas capazes de explicar e compreender a realidade contemporânea.

A partir do uso de metodologias científicas adequadas, assume uma postura pro-ativa em relação à sociedade em mudanças. Esta postura pro - ativa é o que caracteriza a Universidade da sociedade do terceiro milênio. A educação assume uma responsabilidade social significativa na construção de uma sociedade mais solidária, mais comprometida com a resolução de problemas sociais, econômicos, políticos, raciais, demográficos e ambientais, com a integração e propostas de reduzir os elevados níveis de exclusão social, o que tem criado sérios impactos em várias esferas como violência, uso de drogas e tantas outras mazelas do mundo globalizado.

Com finalidade de visualização das consequências da globalização para todas as esferas da sociedade, reproduzimos a seguir, uma passagem do relatório da UNESCO:

outra característica da globalização, a constituição de redes científicas e tecnológicas que liguem entre si, os centros de pesquisa e as grandes empresas do mundo inteiro, tende a agravar estas disparidades. Faz parte destas redes, quem tiver qualquer coisa com que participar: informação ou financiamento; quem pertencer a países mais pobres (pesquisadores ou empresários) arrisca-se a ser excluído. E deste modo se aprofunda a diferença, em termos de conhecimentos, que faz com que aqueles que deles ficam privados, permaneçam afastados dos pólos de dinamismo. Finalmente, e esta é uma ameaça mais grave ainda, o fenômeno da globalização abrange, igualmente, as atividades criminais. (p.39)

Outros questionamentos se impõem, ainda, na construção e concepção de um novo sistema de avaliação da educação superior, no Brasil.

Será que a educação superior está compromissada com essa nova realidade, ou ainda não se deu conta de sua grande responsabilidade? Os milhares de cursos de graduação autorizados recentemente e o credenciamento das instituições têm levado esses fatores em consideração? O mesmo tem ocorrido com os cursos de educação à distância?

A avaliação nos moldes propostos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior resultante das discussões e estudos realizados considera todos esses fatores e, numa atitude de intervenção para a mudança, propõe a criação de uma Comissão Nacional – CONAES - cujas atribuições possibilitem a consolidação de todos os procedimentos visando à operacionalização do novo processo avaliativo.

Finalmente, é necessário ficar muito claro não apenas o caráter operacional do Sistema, mas, a sua concepção valorativa em termos de atingirmos uma melhor qualidade da educação superior e de suas instituições no sentido de colocar as IES a serviço da sociedade.

De igual teor situa-se a distinção, mesmo que seja de interfaces a serem articuladas, do uso da Avaliação para fins de regulação e supervisão (enumerase, para tal fim, os procedimentos respectivos e os atores responsáveis pelo seu acompanhamento), e para a reflexão crítica de sua atuação com a finalidade de propor mudanças e/ou adequações (avaliação institucional: auto-avaliação e avaliação externa, identificando, de igual maneira, os atores e/ ou agentes sociais envolvidos e responsáveis pela compatibilização e uso dos resultados (divulgação, publicação, tomadas de decisões, etc.).

Contudo, serão os conteúdos dos instrumentos e procedimentos a serem adotados na operacionalização do processo de avaliação, bem como as novas normas reguladoras e a seleção dos indicadores quantitativos e qualitativos que enfatizarão as distinções da importância, significados e finalidades das várias categorias de instituições de ensino superior no país, bem como o papel que exercem na consolidação da educação superior adequada às exigências e demandas da sociedade atual.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**, 1984
- CHAUÍ, M., **Escritos sobre universidade**, S.Paulo: Editora UNESP, 2001
- CHOMSKY, N., Democracia e mercados na nova ordem mundial, in P. Gentili (org.), 2001, **Globalização excludente**, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- COSTA, M.J.J. Avaliação Institucional: Desafio da Universidade diante de um Novo Século. Belém: EDUFPA, 1997.
- COSTA, M.J.J. Abordagem sociológica da Universidade. IN: **Anais do II Workshop de Avaliação Institucional das Universidades do Nordeste e Norte**. Belém: EDUFPA, 1997.
- COSTA, M.J.J. **Caminhos Sociológicos na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2002. Introdução.
- CUNHA. Maria Isabel da, **Avaliação da Educação Superior-** contribuição aos estudos da Comissão Especial de Avaliação. Brasília, SESu, 2003, mimeo
- DEMO, Pedro. **A pesquisa como princípio educativo**. São Paulo: Cortez Editores Associados, 1995.
- DESAULNIERS, Julieta B.R. (org.) **Fenômeno: uma teia complexa de relações**. PA: EDIPUCRS, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**, Campinas, SP, ano, nº. 1, jul, 1996.
- DIAS SOBRINHO, J , **Avaliação da educação superior**, Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D.I., **Avaliação democrática – para uma universidade cidadã**, Florianópolis: Editora Insular, 2002.
- DIAS SOBRINHO, J, Quase-mercado, Quase-educação, Quase-qualidade: tendências e tensões na Educação Superior.**Avaliação**, Campinas, SP, ano nº7, vol. 7, nº1, mar. 2002
- ELIAS, Marisa Del C. e Feldmann, Marina G. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1999.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas SP: Papirus, 1994.
- GOERGEN, P., A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade, **Avaliação**, Ano 2, vol.2 – nº 3(5) – set. 1997.

GOERGEN, P, Ciência e mercado: o papel formador da universidade, **Proposições**, Vol 8, nº2(23) – março 1999.

GOERGEN, P, Universidade e globalização: entre a adesão e o dissenso. In **Políticas e Gestão da Educação Superior**, ZAINKO et al. Curitiba: Champagnat/INSULAR, 2003.

LUCARELLI, Elisa. UM desafio institucional: inovação e formação pedagógica do docente universitário, in Castanho,Sérgio e Castanho Maria Eugênia(orgs). **O que há de novo no ensino superior**. Campinas, SP: Papirus, 2000

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco M & SILVA, Juremir Machado da (orgs). **Para navegar no século XXI – tecnologias do imaginário e cibercultura**. PA: EDIPUCRS e Sulina, 1999.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, E , MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Fundação. Peirópolis, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma / reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, E, **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, Antônio. Para uma análise das instituições escolares. In: **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

NÚÑEZ, Iván. **Las Organizaciones de los Docentes en las Políticas y Problemas de la Educación Estado del Arte**, Santiago de Chile, UNESCO-REDUC, 1990.

OTTONE, Ernesto. **Educação Brasileira**. Brasília: CRUB, volume 14, nº 28, janeiro/julho 1992.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas - tempo, caos e leis da natureza**. SP: Editora INESP, 1996.

REIMERS, Eleonora y Fernando “Where are 60 millions teachers?The missing voice in educational reforms around the world” en **PROSPECTS**, vol. XXVI, Nº 3, sept. 1996

RISTOFF, Dilvo. Princípios do programa de avaliação institucional. **Revista Avaliação**, Campinas, SP, ano 1 , n. 1, jul., 1996.

RISTOFF, Dilvo.,Definições de avaliação **Revista Avaliação**, Campinas, SP, ano 8, n. 2, jun., 2003.

SANTOS, B.de S., (Org.), **A globalização e as ciências sociais**, S.Paulo: Cortez Editora, 2002

SEVERINO, A. J. Fundamentos políticos da avaliação na Pós Graduação. In: **EDUFORUM**. Por um modelo alternativo de avaliação da Pós Graduação Nacional. 2002, 10 p. (mimeo).

VIRILIO, Paul. O resto do tempo. In **Revista Famecos - mídia, cultura e tecnologia**. PA: EDIPUCRS, junho 1999

YARZÁBAL, L.; Vila, A. y Ruiz, R. **Evaluar para transformar**. Ed. IESALC/UNESCO, Caracas (1999).

YARZABAL, L. **Consenso para mudança na Educação Superior**. Curitiba: Champagnat, 2002

WEBER, Silke, **Avaliação da Educação Superior** - contribuição aos estudos da Comissão Especial de Avaliação. Brasília, SESu, 2003, mimeo

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag ,et all. **A avaliação institucional na UFPR: a trajetória de uma década 1987-1997**. Curitiba, UFPR, 1998

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag, **Planejamento, Universidade e Modernidade**. Curitiba, All Graf/ AUGM Editora, 1998

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag, Dos saberes às competências: o desafio da construção da proposta pedagógica da escola. **Revista Avaliação**, ano 6, vol.6- nº 4 (22)- dez 2001. Campinas.: Unicamp, 2001.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag et al. (org), **Políticas e Gestão da Educação Superior**, Curitiba: Champagnat/ INSULAR, 2003.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag, Seminário Internacional Avaliação Institucional da Educação Superior e reformas do Estado: o desafio da Avaliação das IES. **Revista Avaliação**, ano 8, vol.8- nº 2 jun. 2003. Campinas: Unicamp, 2003.